

23 DEZ 1987

# Um "pacote" recessivo

23 DEZ 1987

Editado, o novo "pacote" fiscal continua provocando polêmica, em especial quanto aos benefícios — ou prejuízos, conforme a análise — para o contribuinte. Do ponto de vista macroeconômico, há uma coincidência de opiniões, pois economistas e empresários consideram que as novas medidas tendem a acentuar as tendências recessivas e de aceleração inflacionária já constatadas nos últimos meses.

Para o secretário da Receita Federal, Antônio Augusto de Mesquita Netto, não há dúvidas de que as pessoas físicas terão um grande alívio no pagamento do Imposto de Renda em 1988. Tanto assim que a Receita calcula que vai deixar de arrecadar CZ\$ 18,3 bilhões no próximo ano apenas pelo efeito do aumento de 200 para 250% da correção sobre o Imposto de Renda. Ele calcula que em janeiro o contribuinte pagará até 30% menos de Imposto de Renda como efeito do novo "pacote", como informa de Brasília a repórter Jurema Baesse.

Esses cálculos são contestados com firmeza por tributaristas e economistas. A tabela anual do Imposto de Renda não deveria ser corrigida em 250%, mas sim acompanhar a variação da inflação neste ano, estimada em cerca de 364%, para evitar que o contribuinte pague imposto sobre a mera atualização do seu salário, explicaram Nicole Borger, da empresa de consultoria Coopers & Lybrand, e Ives Gandra, advogado especialista em tributação, à editora Ediana Balleroni.

Os ganhos para a própria Receita Federal — e portanto para o caixa da União



Antônio Augusto de Mesquita Netto

— também serão menores do que os previstos. Segundo Mesquita, em vez de obter um ganho adicional de arrecadação equivalente a 325 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) — ou seja, CZ\$ 222 bilhões —, a Receita deve-á aumentar em 325 milhões de OTN ou CZ\$ 170 bilhões.

Uma parcela significativa dessa arrecadação extra virá da extinção da isenção fiscal existente para os lucros que as empresas obtêm na exportação de manufaturados. O reforço de caixa resultante dessa extinção deverá significar algo como CZ\$ 41,8 bilhões a CZ\$ 47 bilhões. Em contrapartida, espera-se maior evasão fiscal da parte dos exportadores ou a criação de empresas em paraísos fiscais para que as vendas ao exterior sejam feitas através delas.

O presidente da Associação das Indústrias de Calçados do Rio Grande do Sul, Enio Schein, por exemplo, disse ao repórter Inácio Barbosa Soares, em Porto Alegre, que a retirada dos incentivos vai reduzir a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, já ameaçados com a sobretaxa pelo governo dos Estados Unidos.

As primeiras análises sobre o "pacote" também indicam que ele poderá con-

tribuir para aumentar a desaceleração do ritmo de atividades econômicas, como afirmou o presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, Roberto Macédo, à repórter Cynthia Malta. Além disso, teme-se um impacto negativo sobre a inflação, especialmente pelo aumento da contribuição ao Finsocial.

(Ver páginas 3 e 5)

O ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira disse ontem que o presidente José Sarney não poderia considerar sua proposta para o "pacote" fiscal como recessiva, porque ela acabou sendo adotada pelo governo quase integralmente. Em resposta às críticas que lhe foram feitas pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, Bresser Pereira afirmou que Magalhães se tem destacado como responsável pelas crises políticas do governo Sarney.

(Ver páginas 3 e 5)